

Revista Formadores

Vivências e Estudos

MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9 Número 6 Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

Sidarta da Silva Rodrigues
sidarta.rodrigues@gmail.com

Psicólogo formado pela Universidade Federal da Bahia (2010), Pós-graduando em terapia Analítico-Comportamental (UNIJORGE). cursou o mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (PPGF-UFBA) participando do grupo de pesquisa Mente, realidade e conhecimento (UFBA). Atualmente pesquisa o tema da subjetividade a partir do Pragmatismo e possui interesses na interface Filosofia e história da Psicologia, Clínica Comportamental e Ética e Formação de psicólogos.

Adalene Torres Barreto Sales
adalene.sales@gmail.com

Mestre em Psicologia na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Docência do Ensino Superior: aspectos teórico-metodológicos pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela Faculdade Paulista de Ciências e Letras. Experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em atendimento a crianças, e projetos comunitários com ênfase em ações de mudanças comportamentais em saúde (saúde preventiva e reprodutiva, DSTs, AIDS). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia. Professora do curso de pós-graduação em Psicopedagogia e Estudos em Família da Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016
Caderno Especial

QUANTO A PSICOLOGIA SE APROXIMA DO POLÍTICO E DO SOCIAL: O CAMPO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

ENSAIO

A emergência da Psicologia Comunitária (PC) como campo de atuação profissional e disciplina acadêmica é relativamente recente. Somente a partir da década de 60 que o debate em torno do conceito de comunidade e o interesse pela criação de intervenções de amplo impacto social orientadas para promoção do bem-estar foram destacados no contexto geral da psicologia. Desde então, a expectativa de que um novo paradigma para a prática de psicólogos estaria se desenvolvendo tem sido acompanhada da necessidade de sistematização, tanto no âmbito da investigação teórica como das intervenções produzidas.

A forte interdisciplinaridade característica deste campo e a diversidade observada nos distintos contextos locais de desenvolvimento da PC evidenciam o papel crucial do debate sobre os princípios desta prática para ocorrência desta sistematização. O caráter de novidade desta abordagem tem sido apontado na literatura brasileira como justificativa para o pouco consenso acerca dos objetivos da intervenção. Além disto, a própria definição de noções básicas como comunidade é apontada como uma tarefa difícil em virtude da polissemia, visto que sempre faz referência a um contexto social específico. Por fim, não definir este conceito expressaria ainda o respeito por diferentes concepções e a própria flexibilidade diante da incerta - e em alguma medida indesejável - objetividade (SILVA, SIMON, 2005; GOMES, 1999; SAWAIA, 1996). O breve percurso da investigação nesta área e a defesa da diversidade de pontos de vista não constituem, ao nosso ver, razões suficientes para que tais definições não sejam investigadas.

Talvez a pouca clareza acerca dos horizontes deste campo seja melhor compreendida através do entendimento sobre o lugar da PC na história da psicologia. Frequentemente descrita como uma perspectiva recente, é também identificada

como uma novidade tardia na abordagem dos problemas humanos pela psicologia. Por um lado, a PC pretende ampliar o alcance da atuação profissional de psicólogos para além do contexto da clínica individual e de pequenos grupos. Por outro lado, pretende marcar uma posição crítica à tradição reformulando a já conhecida objeção contra a legitimação da psicologia como uma ciência natural. O alvo da crítica é a concepção individualista da subjetividade, definida, *grosso modo*, como uma dimensão da experiência humana deslocada da influência do contexto social, por isso a-histórica e pretensamente universal. Há um aspecto desta crítica que, endereçada a uma expressão da Psicologia Social, atinge com igual precisão a trajetória histórica da psicologia. No cerne desta posição está a ideia de que, até então, a prática dos psicólogos não teria produzido uma mudança significativa na estrutura dos problemas sociais e que isto justificaria a criação de mais uma divisão na psicologia.

Esta característica compartilhada por diferentes propostas da PC pode ser definida como a primazia da política sobre a epistemologia e é assumida aqui como o ponto central desta análise. Tal ênfase é ilustrada através da ideia de que “[...] muito mais importante examinar a situação histórica de nossos povos e suas necessidades do que estabelecer o âmbito específico da psicologia como ciência ou como atividade” (MARTIN-BARÓ, 1996, p.7). Como parte da sua metodologia de investigação da realidade, a Psicologia Comunitária é marcada pela reflexão radical acerca do seu próprio fazer e, como tal, assume para si a função de criar as condições para que psicólogos atuem como agentes de mudança capazes de atender aos problemas concretos mais urgentes da sociedade. Neste sentido, ainda que a PC se volte contra um amplo espectro de atuação ao qual chama tradicional, assume como objetivo último da sua intervenção a autonomia, princípio ético que inaugura a própria tradição da psicologia como ciência moderna. Assim, a PC pode ser definida como “[...] uma via de interação, geradora de tecnologia social, cujo objetivo é conquistar a autogestão para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato” (MONTERO, p.397).

Tal como caracterizada até aqui, a Psicologia Comunitária constitui um movimento centrado na reflexão sobre a dimensão política estabelecida pela prática da psicologia, isto é, a validade do conhecimento produzido é verificada na qualidade das mudanças sociais produzidas. Portanto, uma questão central neste campo é esclarecer “*que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade*” (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 13). De acordo com esta perspectiva, caberia ao trabalho dos psicólogos levar à tomada de consciência, identificar problemas e necessidades, levar a comunidade a observar as próprias potencialidades, tomar decisões compartilhadas acerca de mudanças ambientais tendo em vista uma mudança significativa nas relações. Este caráter pragmático da atuação na PC é orientado por, pelo menos, três princípios básicos que podem ser definidos como contextualismo, relativismo cultural e mudança social como autonomia comunitária.

O contextualismo se refere à premissa de que o entendimento acerca do sofrimento, dos motivos para ação ou da identidade de um indivíduo só é possível mediante a compreensão do seu (indivíduo) contexto. Este fundamento é estabelecido a partir de uma posição epistêmica contrária às inclinações por universais na tradição psicológica e descreve como pouco efetivo para mudanças sociais relevantes o conhecimento sobre categorias tais como “A Mente ou O cérebro”, “A Mulher”, entre outros. A ideia central está presente tanto em uma perspectiva sócio-histórica como numa abordagem ecológica das relações comunitárias. O

segundo princípio – relativismo cultural – é definido, *grosso modo*, pela ideia de que todas as culturas, no que tange à defesa de valores, se equivalem. Na prática, tal relativismo almeja um modelo de convivência onde prevaleça a diversidade cultural, tendo em vista a possibilidade de indivíduos manifestarem o desacordo em relação a padrões sem constrangimentos, visto que não há possibilidade de assumir um ponto de vista único ou privilegiado *per se* (PRILLELTENSKY, NELSON, 2003). Radicalizando do lado da crítica ao imperativo da objetividade, a PC acredita que a diversidade permite maior fidelidade à natureza da experiência humana, que é sempre plural. O terceiro princípio é o enfoque na mudança social e está relacionado à distribuição e acesso a recursos e à proposição de mudanças estruturais a partir do próprio esforço comunitário (ORNELAS, 1997). Assim, a prática da PC é norteadora pela interação entre três dimensões que, por vezes, mostram-se conflituosas entre si: ciência, valores e política (RAPPAPORT, 1977).

Há pelo menos dois modos de atribuir sentido ao trabalho de psicólogos como agentes comprometidos com um ideal de transformação social. O primeiro sentido é o de prevenção e promoção do bem-estar. A prescrição destes valores expressa uma distinção quanto à abordagem tradicional da psicologia de produzir intervenções sobre os problemas predominantemente na forma de tratamento ou reabilitação. A PC tem como objetivo ampliar a competência e bem-estar social através do vínculo comunitário e do desenvolvimento de ações políticas na esfera dos problemas sociais, em detrimento da prioridade de intervenções sobre os indivíduos (PRILLELTENSKY, 2003). Por outro lado, tal valor está relacionado à ideia de que os problemas sociais enfrentados por determinadas comunidades é uma *questão de necessidade*. Diante de uma “população em risco” ou “vulnerável”, a intervenção profissional pode ser pensada como uma assistência especializada, voltada para identificação de fatores de risco e prevenção dos efeitos indesejáveis de uma determinada condição. Como exemplo, a atuação de psicólogos na prevenção de transtornos mentais, identificando nos indivíduos os primeiros sinais manifestados de um transtorno, realizando encaminhamentos, criando programas de aconselhamentos para crises, disponibilizando instrução pedagógica para familiares e pessoas próximas (REVENSON, SEIDMAN, 2002, p.7).

O surgimento da Psicologia Comunitária nos EUA esteve diretamente ligado à transformação da política de saúde mental naquele país. As consequências da reforma psiquiátrica norte-americana evidenciavam, tal como se observa nos demais lugares onde esta reforma foi experimentada, a necessidade de uma nova perspectiva sobre a natureza, público e finalidade dos serviços prestados. A proposta de uma intervenção alternativa, de maior abrangência e mais eficiente que o asilo em hospitais enfatizava a atuação preventiva e de amplo alcance populacional dos agentes de saúde. O fim do isolamento manicomial, da centralização do atendimento na figura do médico, o retorno dos internados às suas casas, a construção de novos dispositivos para efetivar tais mudanças, configuravam um conjunto de exigências para a criação de intervenções na própria comunidade destes indivíduos.

Este enfoque representou não apenas uma mudança do tratamento para prevenção das doenças mentais, mas, sobretudo, criou uma demanda para promoção da saúde mental. O objetivo era a participação da população “nos processos de tomada de decisões em relação aos serviços de saúde; na definição das prioridades para os serviços de saúde; e que a população identificasse suas próprias necessidades e os recursos para enfrentá-las, a partir da sua própria perspectiva em parceria com os profissionais de saúde” (SILVA, SIMON, 2005, p.42). Para tanto, a proximidade da comunidade, a disseminação do conhecimento

especializado como processo educativo, a ação na esfera política, ampliaram o horizonte de atuação de psicólogos: ainda que estivessem fortemente relacionados ao âmbito da saúde mental passavam, então, a construir um campo independente de atuação e produção de conhecimento (REVENSON, SEIDMAN, 2002; PRILLELTENSKY, 2003).

O segundo modo de definir o objetivo da intervenção na PC é o desenvolvimento do *empowerment* como um princípio normativo para atuação profissional. Tal valor é derivado da ideia de que a natureza do problema é, antes de tudo, uma *questão de direito* estabelece que, diante de uma “classe a ser representada”, cabe à psicologia “advogar” pela garantia do direito à cidadania. Neste sentido, a intervenção no cenário ilustrado acima pareceria demasiado normatizadora, por implicitamente demarcar uma fronteira crucial entre a doença mental e a *necessidade* de adaptação a uma condição culturalmente estabelecida (e.g. esquizofrenia *deve* ser tratada por seus efeitos prejudiciais ao indivíduo e sua comunidade). Uma intervenção voltada para a proteção do direito desta população em experimentar, sem constrangimento, a sua própria condição de vida poderia constituir o tema para uma crítica aos padrões sociais vigentes assim como para uma política pública de amplo alcance. O conflito entre questões de “necessidade” e “questões de direito”, “causas para ciência aplicada” e “causas para justiça” tem delimitado dois polos opostos desde o surgimento da Psicologia Comunitária nas américas (RAPPAPORT, 1977). A imagem do trabalho comunitário na psicologia tem sido dividida em torno desta tensão que tem assumido contornos geográficos: nos EUA, a generalização do trabalho clínico para outros contextos, a prescrição da adaptação como valor, o curso da intervenção partindo do indivíduo para comunidade (*bottom up*), enquanto abaixo da linha do equador, a revolução como um valor, a mudança partindo do social para o indivíduo (*top down*), a militância como meio de atuação por excelência.

Com um percurso histórico significativamente distinto do norte-americano, o desenvolvimento da Psicologia Comunitária na América Latina e Central ocorreu através da participação de psicólogos em movimentos sociais populares, na reivindicação pelos direitos humanos, na denúncia contra a miséria e desigualdade social promovida por oligarquias, no retrato de conflitos armados entre civis e ditaduras militares e no protesto contra a perda da autonomia nacional frente à influência da política externa, sobretudo, a norte-americana. Nesta perspectiva, a Psicologia Comunitária ainda “implica em uma espécie de enfrentamento epistemológico com a psicologia tradicional, cuja postura era a de legitimar a ordem social, servindo de instrumento de dominação” (CRUZ, p.78). De um modo geral, como observado, a PC marca um movimento “de avaliação crítica do papel das ciências humanas e sociais e, por conseguinte, do paradigma da neutralidade científica, desencadeado nos anos 60” (SILVA, SIMON, 2005, p.42). No entanto, o argumento vai além: a menos que os psicólogos empreendam este caminho orientado por tais transformações estruturais correrão o risco de manterem ou, no mínimo, legitimarem as causas dos problemas que pretendem, em alguma medida, solucionar.

A tensão entre estes dois modos de atribuir sentido ao trabalho da PC é caracterizada por um paradoxo: se é prática profissional aplicada de uma ciência, não produz a autonomia suficiente, posto que mantém a assimetria entre o saber especializado e a produção de conhecimento da comunidade. Por outro lado, se é uma defesa desta autonomia sem método, pode, na prática, não produzir transformação alguma ou ainda que produza, sem a definição de objetivos claros não há como mensurar a intervenção da PC. Esta dualidade entre uma psicologia científica que abandona uma transformação mais abrangente *versus* uma

psicologia militante sem uma orientação clara não configura, necessariamente, polos opostos, tampouco a caricatura de modos exclusivos de trabalho. Pelo contrário, propõe que a busca pela resposta para esta tensão frequentemente aponta para a saída a partir de um dos polos, tão somente. Como exemplo, Gomes (1999) aponta para os riscos do comunitarismo e idealismo como consequências da despreocupação com a teoria e da redução de todos problemas sociais à dimensão política. Os riscos do academicismo e do assistencialismo são igualmente indesejáveis visto que produzem resultados que se mostram irrelevantes na prática profissional em um contexto específico ou ainda o risco de mobilizar, mas não produzir autonomia das comunidades.

A recusa da objetividade científica como fundamento para ética que marca à crítica da psicologia desde a sua constituição como disciplina independente e é retomada pela PC, estabelece que a direção da transformação social deve advir do entendimento produzido em uma dada comunidade, ao invés de um ponto de vista supostamente neutro assumido pelo psicólogo-cientista-comunitário. Ao mesmo tempo, a questão metodológica que se impõe para a investigação neste campo é *como* determinar as condições do vínculo instaurado em uma dada comunidade, visto que não é possível ao investigador assumir o ponto de vista de lugar nenhum – mesmo que priorize a militância sobre a teoria? Por exemplo, quando psicólogos assumem que o objetivo último da intervenção é “a revolução socialista ou cidadã” (SAWAIA, 1996, p.47) ou “prevenir doenças antes mesmo que elas ocorram” (LEVINE, PERKINS e PERKINS, 2005, p.14) assumem valores para a prática profissional que, a despeito de uma busca por critérios racionais universais, devem ser debatidos na interface entre ciência, ética e epistemologia. A manutenção da tensão entre os dois polos como horizontes ou valores da prática da PC é uma condição que possibilita observar a construção deste debate e as direções para onde tem direcionado a prática profissional neste campo.

REFERÊNCIAS

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 2, n.1, 1997. Disponível em: CRUZ, L. R.; FREITAS, M.F.Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da Psicologia Comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (orgs). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. Cap. 3.

GOMES, A. M.A. Psicologia Comunitária: Uma Abordagem Conceitual. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, 1(2): 71-79.

LEVINE, L.; PERKINS, D.; PERKINS, D.V. **Principles of Community Psychology: Perspectives and Applications**. 3 ed. New York: Oxford Oxford University Press, 2005

MONTERO, M. La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos **Revista Latinoamericana de Psicología**, vol. 16, núm. 3, 1984, pp. 387-400

ORNELAS, J. Psicologia Comunitária: origens, fundamentos e intervenção. **Análise Psicológica**, São Paulo, v. 15, n. 3, 1997.

PRILLELTENSKY, I.; NELSON, G. **Community psychology: in pursuit of well-being and liberation**. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

RAPPAPORT, J. **Community Psychology: Values Reserach na Action**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

REVENSON, T.; D'AUGELLI, A.; FRENCH, S.; HUGHES, D.; SEIDMAN (Eds.). **A quarter century of community psychology: Readings from the American Journal of Community Psychology**. New York: Kluwer/Plenum, 2002.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F Campos (Org.). **Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia**. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA, R. C.; SIMON, C. P. Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 39-46, jan./abr. 2005